

Evolução Recente do *Spread* Bancário

Contrariando as expectativas geradas pela flexibilização da política monetária implementada a partir do segundo semestre de 2005, o *spread* bancário¹ total ainda não apresentou queda significativa. Alterações na composição da carteira de crédito, juntamente com ampliações tanto no risco percebido nas operações como no nível de inadimplência são, aparentemente, os motivos dessa evolução recente dos *spreads*.

Gráfico 1 – Taxa de juros das operações de crédito x Taxa Selic

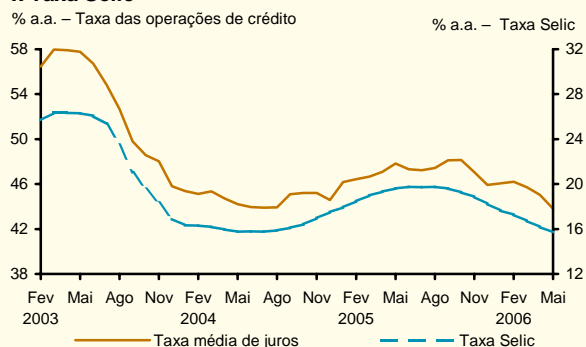
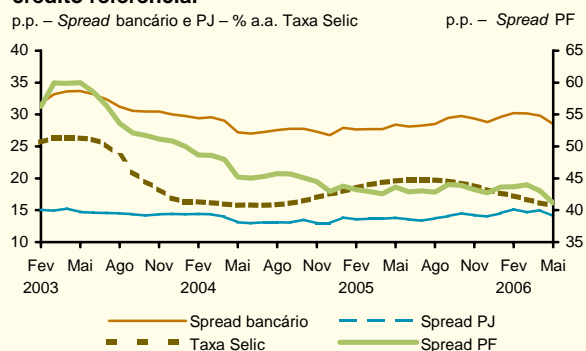


Gráfico 2 – *Spread* bancário das operações de crédito referencial



A partir da flexibilização da política monetária iniciada em setembro de 2005, com a redução gradual da meta para a taxa Selic, o *spread* bancário registrou evolução distinta da observada em outros processos de flexibilização monetária, quando ocorreram reduções concomitantes do *spread* e da taxa básica de juros. Embora o *spread* total tenha inicialmente aumentado, a partir de março passou a apresentar trajetória decrescente, retornando, em maio, ao mesmo nível verificado em agosto de 2005. Nesse período de nove meses, o *spread* dos empréstimos a pessoas jurídicas aumentou 0,3 p.p., enquanto o referente à carteira de pessoas físicas registrou decréscimo de 1,8 p.p.

As mudanças na composição média da carteira de empréstimos do sistema financeiro contribuíram para a elevação do *spread* total, tendo em vista, especialmente, a ampliação das operações com pessoas físicas, cujo *spread* é superior ao praticado nos financiamentos às empresas. Embora sejam normais pequenas alterações nos volumes relativos das modalidades de crédito, tem-se observado, nos últimos anos, maior expansão dos

1/ *Spread* bancário é definido como a diferença entre as taxas de juros de aplicação (empréstimos) e de captação.

financiamentos ao consumo das famílias, que tem contribuído para aumentar a rentabilidade média bruta da carteira de crédito dos bancos.

Entre agosto de 2005 e maio de 2006, registrou-se aumento de 2,3 p.p. na participação dos créditos para pessoas físicas na carteira de crédito das instituições financeiras, com destaque para crédito pessoal, cujo *spread* é superior à média do mercado².

Quanto aos créditos a pessoas jurídicas, vem-se verificando mudança no perfil das empresas tomadoras, com aumento da participação de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), o que contribuiu para elevar a rentabilidade bruta dessas linhas de crédito³. As grandes empresas, por sua vez, têm utilizado outras fontes de financiamento, como o mercado doméstico de capitais, por meio do lançamento de ações, debêntures e fundos de direitos creditórios, e o mercado externo, por meio de títulos e empréstimos.

A expansão dos créditos pactuados com juros flutuantes, firmados principalmente com o segmento *corporate* (grandes empresas), atingiu 12% entre agosto de 2005 e maio de 2006, enquanto a carteira de pessoas jurídicas com taxas prefixadas, onde se concentram as empresas de menor porte, cresceu 14,8%. Os empréstimos referenciados em câmbio, que possuem os menores *spreads*, notadamente as operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) e de repasses externos, apresentaram acréscimo de 5,4% nesse período, o que reduziu sua participação no crédito às empresas.

O *spread* médio da carteira de crédito para pessoas jurídicas atingiu 14 p.p. em maio. O impacto, sobre esse *spread*, das mudanças nos volumes das modalidades de crédito ocorridas nos últimos nove meses, citadas anteriormente (à exceção dos créditos a MPMEs), correspondeu a 0,3 p.p.

Gráfico 3 – Impacto das alterações nos volumes das modalidades sobre o *spread* bancário total

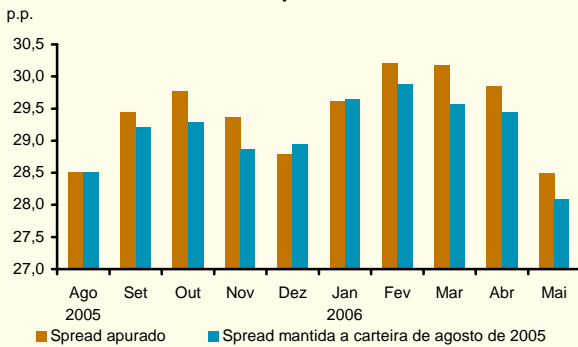
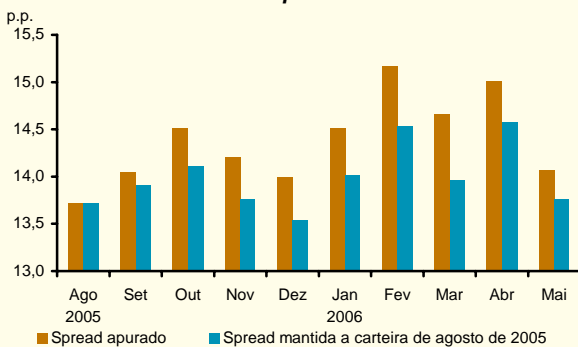


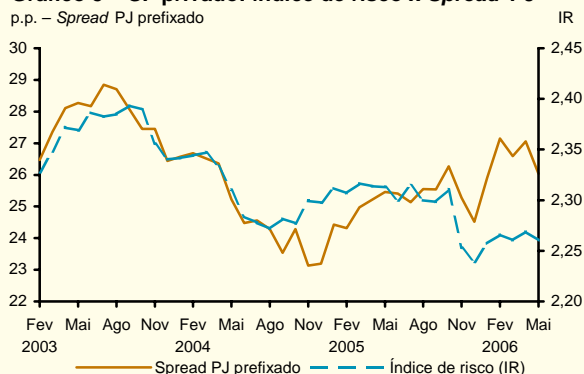
Gráfico 4 – Impacto das alterações nos volumes das modalidades sobre o *spread* da carteira PJ



2/ Ainda que a maior participação do crédito pessoal concorra para a elevação do *spread* total, vale registrar a queda de 3,8 p.p. no *spread* da modalidade, resultante da crescente participação do crédito consignado.

3/ Consideradas as informações divulgadas pelos três maiores bancos privados nacionais, a participação das MPMEs no saldo total do crédito concedido por esses bancos a pessoas jurídicas elevou-se, em conjunto, de cerca de 32% em março de 2004 para 41% em março de 2006.

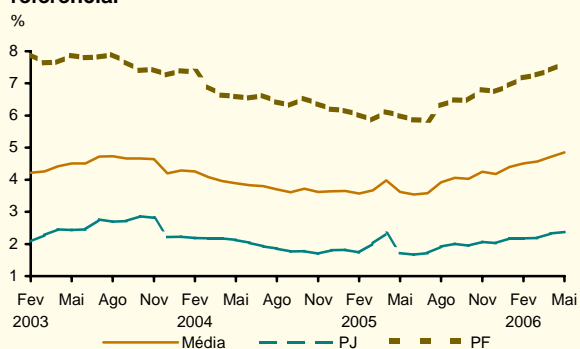
Gráfico 5 – SF privado: índice de risco x Spread PJ



A evolução do nível de risco dos créditos a pessoas jurídicas pode ser avaliada por um índice (IR), obtido pela ponderação dos vários níveis de risco dos créditos concedidos pelo sistema financeiro privado à indústria, ao comércio e a outros serviços⁴. Verifica-se associação positiva significativa entre as evoluções do IR e da taxa de *spread* nos empréstimos a pessoas jurídicas, nas modalidades de juros prefixados. O crescimento recente do IR é, nesse sentido, acompanhado por forte elevação nos *spreads*.

Dentre os fatores determinantes para a formação do preço dos empréstimos bancários, destaca-se, também, a taxa de inadimplência, cuja trajetória recente tem sido de elevação (deve ser mencionado que componentes de inadimplência, entre outros, acham-se incorporados no IR). Entre agosto de 2005 e maio de 2006, o percentual de atrasos superiores a noventa dias (no crédito livre) aumentou 1 p.p. Essa tendência foi observada com mais intensidade nos empréstimos para pessoas físicas, cuja inadimplência aumentou 1,3 p.p., explicada em parte por fatores sazonais, enquanto nos de pessoas jurídicas verificou-se elevação de 0,5 p.p.

Gráfico 6 – Inadimplência das operações de crédito referencial



Embora a taxa de inadimplência tivesse atingido valores reduzidos no ano passado, a tendência de elevação observada nos últimos meses sugere inibição de movimentos mais acentuados de redução dos juros cobrados nas operações de crédito.

Em virtude desse conjunto de mudanças no mercado de crédito, não se observam, ainda, reduções no *spread* bancário das operações de crédito com recursos livres. Entretanto, o processo de flexibilização da política monetária, o aumento da atividade econômica e uma maior competitividade entre as instituições credoras geram perspectivas de redução dos níveis de *spread* nos próximos meses.

4/ O IR é construído com base nos saldos informados pelas instituições financeiras em cada nível de risco, sendo concedidos pesos de 1 (nível de risco AA) a 9 (nível H), com o índice tendo, em tese, esses valores como limites. Em abril de 2005, os dados relativos ao nível de risco H foram ajustados, de forma a desconsiderar distorções no índice em decorrência do processo de liquidação de instituição financeira.